

Supersalários:
vencemos mais
uma batalha

Inteligência, diversidade e olho no poder

Revista **congresso**
emfoco

Ano 3 – Número 8 – Novembro/Dezembro de 2013 – R\$ 8,70

Exclusivo

**Mais de 2 mil brasileiros estão
jurados de morte por denunciarem
violações aos direitos humanos**

Por que os índios
resolveram partir
para a ofensiva



2018 é o limite pro
PT ficar no poder,
diz Zé de Abreu



Jurados de morte: OS NOVOS exilados

Mais de 2 mil brasileiros estão marcados para morrer. Eles perderam a liberdade por testemunhar e denunciar violações e crimes ou por exercer suas profissões

Edson Sardinha

Alexandre é um homem do mar, que há um ano se esgueira de casa em casa para não deitar a sete palmos debaixo da terra. Júlio César é um homem da floresta, que há mais de uma década dribla a morte por um pedaço de chão. Os dois vivem cada dia como se fosse o último. Não por filosofia, mas por uma terrível incerteza. Embora tenham nascido e crescido em mundos diferentes, separados por quase 5 mil quilômetros de distância, enfrentam a mesma realidade: por causa das lutas que lideram em suas comunidades, estão jurados de morte. Mas eles prometem, se for preciso, tombar lutando.

Fundador da Associação dos Homens do Mar do Rio de Janeiro (Ahomar), o pescador artesanal Alexandre Anderson de Souza, 43 anos, escapou de seis atentados nos últimos três anos, desde que intensificou as denúncias contra o impacto socioambiental de empreendimentos petroquímicos na Baía de Guanabara. Nesse período, perdeu quatro companheiros assassinados. Um deles, torturado e executado na frente da esposa e dos filhos por se recusar a levar os criminosos até a casa de Alexandre. Dois foram encontrados com pés e mãos amarrados em um barco afundado à bala. Outros dois estão desaparecidos. Nenhum dos crimes foi elucidado.

Uma das principais lideranças dos sem-teto em Manaus, Júlio César Ferraz de Souza, 49 anos, sobreviveu aos horrores da tortura na prisão e a diversas tentativas de assassinato. Teve a casa invadida por homens encapuzados, escapou de perseguições de carro e moto, e passou 24 dias no hospital após ser envenenado por uma amante a serviço de seus inimigos. Viveu seus piores dias na cadeia, para onde foi mandado após liderar ocupações na capital amazonense. “Num corredor, me jogaram contra o extintor de incêndio. Fui espancado por horas. Sangrei pelo ânus e pelo pênis durante quatro dias. Não tive atendimento médico”, relata Júlio, salvo por outro preso, morto diante dos seus olhos por policiais dias depois.

Exílio para sobreviver

Apesar de ostentarem nomes de grandes conquistadores da Antiguidade, Alexandre e Júlio César simbolizam um país de oprimidos. Quase 35 anos após a Lei da Anistia, o Brasil ainda produz autoexilados em série. Levantamento exclusivo da **Revista Congresso em Foco** revela que, em todo o território nacional, mais de 2 mil pessoas vivem como os dois líderes comu-



Incluído em programa do governo de proteção...

OS PRINCIPAIS AMEAÇADOS

Levantamento exclusivo mostra os grupos mais expostos a ameaças de morte



Crianças e
adolescentes
851

Vítimas e
testemunhas
770



Defensores de
direitos humanos
413

Lideranças
agrárias
295



Juizes
200

Jornalistas
8



FOTO: JUSTIÇA GLOBAL



... a defensores dos direitos humanos, o pescador Alexandre Anderson teve de deixar sua comunidade, em Magé, após sofrer seis atentados

nitários – cerceadas no seu direito de ir e vir por estarem sob intensa ameaça dos grupos econômicos, políticos ou criminosos que enfrentam. É como se um a cada 100 mil brasileiros estivesse sob a mira de inimigos. Isso sem contar os que estão fora de programas de proteção.

Cidadãos de todas as idades marcados para morrer por cumprirem seu dever funcional, lutarem em defesa dos outros, por terem testemunhado ou denunciado crimes e violações aos direitos humanos. Ou por serem familiares de ameaçados. São brasileiros que, como Júlio e Alexandre, estão incluídos em um dos três programas de proteção a pessoas ameaçadas de morte, mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em convênio com governos estaduais e organizações não-governamentais (ONGs).

Desde 1993, 14 mil brasileiros estiveram, por algum período, sob a proteção desses programas, segundo a secretaria. Para se ter uma ideia, estima-se que de 5 mil a 10 mil pessoas viveram exiladas no exterior durante os 21 anos de ditadura militar. Os beneficiários vão de lideranças de movimentos sociais a promotores de Justiça e magistrados; de bebês a idosos, de vítimas a testemunhas de crimes, passando por crianças e adolescentes que tentam fugir da sentença de morte decretada pelos “juizes” do tráfico.

Mas o total de jurados de morte no país ainda é uma incógnita, a julgar pelos pedidos de proteção negados, pelos ameaçados que temem denunciar a perseguição que sofrem e por levantamentos de grupos específicos que mostram que as intimidações se espalham do campo pela cidade, não poupam nem mesmo os tribunais de Justiça (veja o mapa das ameaças nas páginas 16 e 17). A **Revista Congresso em Foco** conta as batalhas e os desafios de alguns desses personagens. Em comum entre eles, a disposição de nunca deixar de lutar (leia a partir da página 18).

Inimigo oculto

Os novos exilados não fogem mais dos arbítrios da ditadura militar. Na democracia, o inimigo é difuso. Veste o insuspeito terno bem cortado de políticos e autoridades associados ao crime organizado. Intimida com a farda e as botas de policiais corruptos e torturadores, ou se esconde sob o chapéu de pistoleiros e fazendeiros em luta permanente por terra. Ou, em sua versão mais previsível, empunha a arma do tráfico de drogas, dos grupos de extermínio e da exploração sexual. O perigo ronda por toda parte.



Manifestantes cobram, no Rio, a paralisação das obras do Comperj e a investigação de assassinatos...

O autoexílio agora se dá dentro dos limites do país. Em vez de militantes da luta armada, intelectuais, artistas e filhos da classe média, os novos autoexilados são, em grande parte, o retrato da velha exclusão social: negros, índios, sem-terra, pessoas de baixa escolaridade. Se, na ditadura, o Estado deveria ser o último a saber do paradeiro dos perseguidos; na democracia, tem a responsabilidade, muitas vezes, de transferir o ameaçado para um local seguro e garantir sua segurança e seu anonimato.

Voluntário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e ex-professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o ativista dos direitos humanos Carlos Lungarzo avalia que o Brasil não está preparado para enfrentar à altura as ameaças de morte contra vítimas, testemunhas, autoridades e lideranças comunitárias.

“Com tantas pessoas ameaçadas, é óbvio que os ameaçadores e, posteriormente, os executores estão protegidos pelo poder financeiro, pela política local ou pelas forças de segurança estaduais e federais, pelos legisladores, ou por todos eles. O estágio da democracia brasileira é puramente formal, quase simbólico. É, sobretudo, um calendário eleitoral periódico, com livre concorrência de candidatos”, considera o argentino, que chegou ao Brasil como exilado político em 1976.

Sangue na Baía de Guanabara

Quatro pescadores morreram em região onde a Petrobras monta complexo petroquímico

Desde agosto de 2009, o pescador artesanal Alexandre Anderson de Souza e a esposa, Daize Menezes, estão sob a guarda do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que atende a lideranças ameaçadas de morte. Ele ainda carrega na perna marcas de estilhaços de tiro do segundo dos seis atentados que sofreu.

Há um ano, o casal, três filhos e dois netos pequenos vivem como fugitivos, mudando de endereço quase todos os meses. Isolaram-se de parentes e amigos. Não podem desfrutar de lazer, nem se expor à multidão. Por causa das ameaças cada vez mais frequentes, a família teve de deixar o município de Magé (RJ), onde Alexandre se tornou líder dos pescadores. Sua presença se tornou incômoda para os negócios da região. Ameaçado, andou sob escolta policial por mais de ano. Mas, desde o final de 2012, a família não tem mais proteção de policiais.



FOTO: JANA REGUIBOR

...de sindicalistas

“Estou num exílio político por ter denunciado obras da Petrobras, o Ministério e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Descobri que não estávamos denunciando uma empresa, mas um sistema”, diz. O pescador se refere às denúncias que apresentou sobre o impacto social e ambiental, nos sete municípios da Baía de Guanabara, com a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). “Todas as obras da Petrobras na Baía estão com indício de ilegalidade, na documentação ou nas condicionantes. A Petrobras burla a lei brasileira até hoje”, acusa o pescador.

Lançado há sete anos como um dos maiores projetos da história da empresa e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Comperj virou uma grande polêmica. Inicialmente, a proposta era investir 6,5 bilhões de dólares numa refinaria, que transformaria óleo pesado em produtos petroquímicos, como os utilizados na fabricação de aviões, veículos, tintas e tecidos. Pouco restou da previsão inicial. Serão construídas duas refinarias para produzir combustíveis. O complexo só deve ser inaugurado em 2015, três anos após o previsto. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio de Janeiro, os gastos estimados com o complexo mais que dobraram, passando de R\$ 15 bilhões para R\$ 36 bilhões. Em nota, a Petrobras diz que repudia e não tem envolvimento com as amea-

ças contra os pescadores. Afirma que dialoga com as comunidades do entorno do Comperj e que seus empreendimentos seguem todas as regras de licenciamento ambiental e o “respeito aos direitos humanos”.

Morte anunciada

Os efeitos socioambientais são sentidos na pele pelos pescadores, que acusam o desaparecimento de dezenas de espécies de peixe, com a poluição das águas. Alexandre convive ainda com a precariedade de seu autoexílio. “Parei de pescar. Temos uma vida humilhante e precária. O programa só nos dá moradia e alimentação.”

Carioca, ele trabalhou em multinacionais até se mudar para Magé, em 1999, e virar pescador. Em 2000, acompanhou o

Seduzido, envenenado e torturado

Júlio César Ferraz viu a morte de perto várias vezes. Mas não recua. Incluído no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos há dois anos, vive a agonia de quem tem seus passos seguidos, tanto pelo Estado, que monitora por telefone sua segurança, quanto pelos grileiros de Manaus, autores das ameaças de morte.

“Fui seduzido, em 2011, por uma mulher que misturou veneno no meu remédio. Caí no chão tremendo, sentia o corpo queimando. Ela apareceu e sorriu: ‘Eu disse a eles que conseguia matar você’. Por sorte, um amigo chegou. Fiquei 24 dias internado”, conta. “No ano passado, dois homens encapuzados entraram na minha casa à noite. Um vizinho viu e me avisou. Escapei por estar na casa da minha mãe.”

Ex-funcionário terceirizado da secretaria estadual de Saúde, Júlio deixou a iniciativa privada para lutar contra aquela que considera sua grande inimiga: a grilagem de terras na capital amazonense. “Sou o último moicano dessa situação. Não concebo alguém se apossar de milhões de hectares, tirar as populações, não deixá-las terem moradia”, explica. “Só no perímetro urbano de Manaus, há 30 milhões de hectares de terra grilada, nas mãos de um pequeno grupo”, afirma.

Ele estima que ajudou 20 mil famílias a conseguirem casa desde 1995. Mas pagou um preço alto por isso. Por causa de uma ocupação, foi parar seis meses na cadeia em 2004. Torturado por policiais, escapou da morte graças a um preso apelidado de Índio, que, ao ver a sessão de espancamento, denunciou a agressão aos demais presos.

Dias após salvar o novo colega, Índio foi chamado por oito agentes penitenciários sob a alegação de que seria transferido de cela. “Ele olhou pra mim e disse: ‘Intercedi por você, e agora vão me matar’. E gritou: ‘Deus, me ajuda’.” Assim que deu os primeiros passos para fora da cela, seis homens avançaram sobre o preso, conta Júlio. “Caíram como bicho em cima dele. Só vi as poças de sangue. Não pude fazer nada. Ainda sonho com os gritos dele pedindo socorro.” As investigações não foram adiante, ninguém foi punido.

Em meio às ameaças, Júlio convive com o drama de ficar longe dos dois filhos pequenos. Encontra-se às escondidas com a menina de dois anos, que mora com a mãe. Mas não tem notícias do garoto de sete anos, levado pela ex-mulher em 2009 para o Amapá. “Meu maior desejo é reencontrá-lo. A última notícia que recebi foi uma foto em que ele aparecia morando na rua”, lamenta o líder dos sem-teto. Júlio nunca teve proteção policial. E assim prefere: “Se eu pegar a escolta, estarei assinando minha sentença de morte”.



Ameaças vão do campo ao tribunal

Maioria dos incluídos em programa atua na defesa da terra, como assentados, índios, quilombolas e ribeirinhos

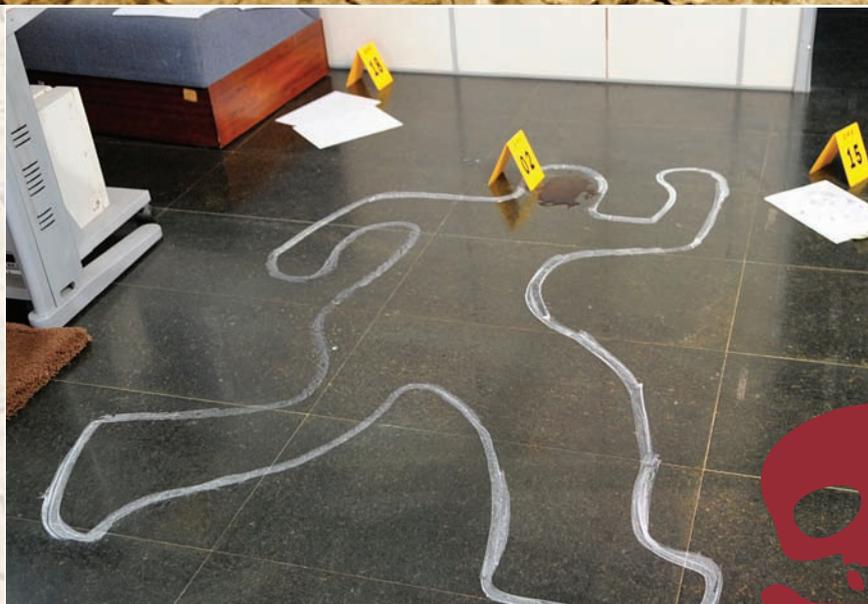
No Brasil, quem denuncia violência ou aplica a lei contra desvios de dinheiro público, em vez de ser condecorado, vira encomenda de morte. Atualmente, 218 pessoas estão incluídas no programa federal de proteção aos defensores dos direitos humanos. Outras 195 são protegidas pelos programas estaduais conveniados à Secretaria de Direitos Humanos. Mais de 100 aguardam análise de pedidos para serem inseridas.

Entre os protegidos pelo programa federal, 70% são lideranças que lutam pela terra, como assentados, sem-terra, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Na lista, há também ativistas e autoridades que denunciaram ou mandaram para a cadeia políticos e policiais corruptos ou assassinos.

Mas o número de ameaçados desprotegidos é muito maior. “A falta de um banco de dados confiável dificulta o diagnóstico e a solução. O país tem dados alarmantes em relação à criminalidade praticada contra defensores de direitos humanos”, observa a diretora da ONG Justiça Global, Sandra Carvalho. Não há, por exemplo, dados abrangentes sobre alguns dos segmentos mais vulneráveis a ameaças, como promotores e procuradores de Justiça e lideranças ligadas ao movimento gay.

Fronteiras agrícolas

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 295 lideranças agrárias, entre sem-terra, pequenos produtores, índios e quilombolas, estão literalmente na mira de grileiros e latifundiários. A grande maioria deles vive sem qualquer proteção do Estado, no caminho das novas fronteiras agrícolas – as terras indígenas e a Amazônia. “O atual modelo de desenvolvimento se impõe para o campo brasileiro. Está centralizado no agronegócio e na exploração de minérios, atividades que empurram a fronteira agrícola em direção à Amazônia. Isso provoca conflito com as comunidades locais, ameaças, mortes, prisões e expulsões”, ava-



Número de ameaçados é maior do que o oficial, pois não há banco de dados sobre o tema

lia o advogado José Batista Afonso, coordenador da CPT em Marabá (PA).

No ano passado, 36 pessoas morreram lutando por terra no Brasil, segundo a comissão. Dessas, 60% moravam na Amazônia, que concentra 85% das tentativas de assassinato e 78% das ameaças de morte. Quase metade dos assassinados era indígena, quilombola ou ribeirinhos. Há 36 índios e 35 remanescentes de quilombo marcados para morrer.

A mudança no cenário, no entanto, parece distante. “É preciso investir na democratização do acesso à terra, na demarcação das terras indígenas, no reconhecimento das comunidades quilombolas e na regularização dos ribeirinhos. Mas o governo está a serviço das grandes corporações e da bancada ruralista”, critica o advogado da CPT.

Jornalistas silenciados

Relatar a violação de direitos ou a prática de crimes também tem se revelado perigoso no Brasil. Segundo relatório da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), 136 jornalistas brasileiros foram alvo de algum ato de violência ou intimidação judicial entre outubro de 2012 e outubro de 2013. Cinco profissionais foram assassinados nesse período por causa do seu trabalho. Outros oito foram alvo de atentado ou ameaça de morte. “Este ano ficou marcado como sombrio para a liberdade de expressão e imprensa no país pelo salto explosivo no número de violações contra jornalistas”, diz o presidente da Abert, Daniel Slaviero. No ano anterior, haviam sido registradas 51 violações, menos da metade.

Segundo o Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ), entidade internacional que

monitora casos de violação a profissionais de comunicação, 27 jornalistas brasileiros foram assassinados entre 1992 e 2013. Apenas sete assassinos sofreram algum tipo de punição. “No Brasil, entre um e dois casos a cada dez homicídios são solucionados e seus autores são punidos. Esse alto índice de impunidade afeta a todos, inclusive jornalistas”, avalia o repórter Mauri König, um dos diretores da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Por causa de ameaças de morte, Mauri teve de passar dois meses fora do país este ano (*leia mais na página 21*).

Gays mortos

Além dos jornalistas, também os homossexuais vêm de um ano trágico. Pelo menos 338 gays, travestis e lésbicas foram mortos em 2012, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), que acredita que a maior parte dos crimes foi motivada por discriminação. Um crescimento de 27% em relação ao ano anterior. Os números, baseados no monitoramento do noticiário nacional, mantêm o país na liderança do ranking mundial de assassinatos homofóbicos, com 44% dos registros em todo o planeta, destaca relatório da entidade.

O presidente do Grupo Gay da Bahia, Marcelo Cerqueira, defende a criação de um banco de dados nacional sobre esses casos de violência. Segundo ele, estima-se que 30% dos assassinatos tenham sido precedidos por ameaças. Por causa do medo de retaliação, muitos ainda resistem a procurar a delegacia, observa. “Falta uma política pública de proteção. Precisamos de atendimentos decentes nas delegacias que encorajem os gays a denunciar as ameaças”, avalia.



FOTO: TAINA REBOUÇAS

Responsável por combater o tráfico, polícia resiste a proteger militantes sob risco de morte

Programa não elimina ameaças

Defensores de direitos humanos ouvidos pela revista são críticos em relação ao programa de proteção do governo federal. Para eles, a iniciativa premia os agressores quando retira as lideranças de sua comunidade, como ocorreu com o pescador Alexandre Anderson. Primeira beneficiada pelo programa, a advogada Valdênia Paulino diz que a ação não é prioridade do governo, sofre com o excesso de burocracia e a falta de preparo técnico. “O processo é longo e lento. Muitos técnicos não têm militância em direitos humanos”, considera (conheça a história dela a partir da página 22).

A assessora de Direitos Humanos da Anistia Internacional, Renata Neder, diz que é preciso parar de “enxugar gelo”. “Se não olhar a origem do conflito e da violação de direitos humanos, sempre será necessário garantir a segurança dos defensores”, observa. Ela reforça que o defensor de direitos humanos não pode sair de sua região, ao contrário do que deve acontecer com testemunhas de crimes e menores ameaçados.

O advogado José Batista Afonso, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vê aumento do perigo e inércia do governo. “A Secretaria de Direitos Humanos monitora por telefone, com visitas esporádicas. O programa muito pouco contribui para evitar a morte de pessoas em situação de risco. Estão abandonadas à própria sorte”, dispara.

As ONGs ainda pedem uma lei que obrigue o governo, estados e prefeituras protegerem os defensores de forma compartilhada. O projeto está parado na Câmara desde 2009. “As polícias resistem a entrar no programa. Os estados não se interessam porque eles mesmos provocam violações ou têm interesses econômicos em jogo”, observa a diretora da ONG Justiça Global, Sandra Carvalho (foto). Atualmente, apenas Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul mantêm parcerias com o governo federal para resguardar os defensores de direitos humanos.

Durante um mês, a revista pediu entrevista com a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Maria do Rosário, para avaliar as críticas ao programa. Não houve resposta. Sua assessoria limitou-se a informar que o país é pioneiro nesse tipo de ação e que, até hoje, nenhuma pessoa foi assassinada enquanto esteve incluída no programa.



REPRODUÇÃO

Sentença de morte

O temor de ser assassinado em razão do exercício funcional não poupa nem os chamados homens da lei. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 200 magistrados sofreram ameaça de morte entre julho de 2011 e março de 2013 por causa de decisões que proferiram contra criminosos. Assim como os defensores de direitos humanos, a grande maioria deles continua cumprindo suas atribuições mesmo sem a segurança do Estado. De cada dez juízes ameaçados de morte, oito atuam na área criminal e cível. Os demais são das Justiças trabalhista e eleitoral.

“A medida que a lei penal afrouxa, passamos a ter organizações criminosas cada vez mais ousadas”, diz o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Henrique Nelson Calandra. Em 2011, a juíza Patrícia Acioli, do Rio de Janeiro, foi assassinada com 21 tiros por policiais envolvidos com o crime organizado. Alvo de diversas ameaças, ela chegou a circular sob escolta policial. Mas a segurança foi retirada pelo Tribunal de Justiça. A morte de Patrícia ligou o sinal de alerta das entidades de classe, que passaram a acompanhar as ameaças mais de perto. “O Brasil não tem uma cultura de segurança, nem mesmo no Judiciário. Vamos sempre atrás dos problemas que surgem. Não temos prevenção”, admite o secretário de Segurança da AMB, o juiz Getúlio Corrêa.

Ilusão

Juiz da Vara de Execução Penal de Manaus, Luís Carlos Valois contou com a sorte para sobreviver. No começo do ano passado, o Tribunal de Justiça do Amazonas recebeu um ofício da secretaria de Segurança Pública sobre a descoberta de um plano, tramado por um preso, para assassinar o magistrado. Valois só avisado da ameaça seis meses depois. “Há mais de um ano pedi informações ao tribunal. Nunca tive resposta”, diz o juiz. De lá para cá, ele recebeu escolta policial cedida pelo governo amazonense. Hoje a proteção está restrita aos seus dois filhos.

“Não vejo nenhum juiz mais ameaçado do que qualquer cidadão comum, porque ninguém tem segurança no Brasil. Fazer segurança de uma pessoa com dois ou três policiais é apenas dar a ilusão de que se está protegendo”, diz Valois. Para o amazonense, integrante da Associação Juizes para a Democracia, o Brasil ainda trata de maneira equivocada a segurança pública. “O sistema prisional está abarrotado de gente miserável. Todos os traficantes presos são pobres e estão misturados a homicidas. É ilusão acreditar que teremos solução de um problema social discutindo direito penal”, acredita.

O mapa dos ameaçados de morte

Distribuição geográfica de pessoas sob ameaça, parte delas incluída em programa de proteção

	Crianças e adolescentes 851
	Vítimas e testemunhas 770
	Defensores de direitos humanos 413
	Lideranças agrárias 295
	Juízes 200
	Jornalistas 8

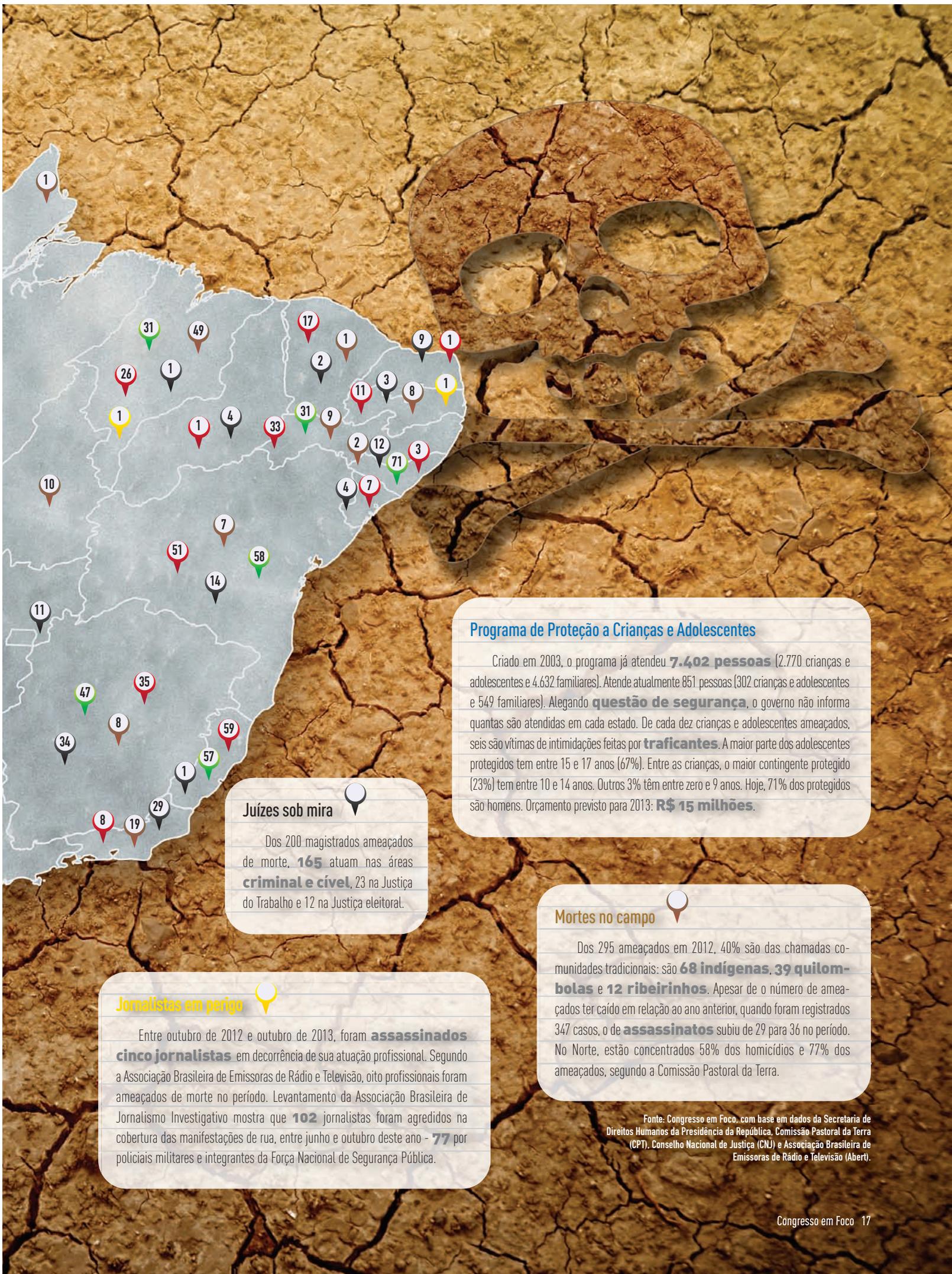


Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos

Criado em 2003, já atendeu **1,1 mil pessoas**. De cada dez beneficiários do programa federal, oito são **lideranças ligadas à terra**, aos povos indígenas, aos quilombolas e ao meio ambiente. O ameaçado precisa comprovar que está sob perigo em decorrência de sua militância como defensor dos direitos humanos. Ao contrário dos outros programas de proteção, deveria garantir a permanência das lideranças ameaçadas na própria comunidade. Orçamento previsto para 2013: **R\$ 6,3 milhões**.

Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas

Criado em 1993, o programa já atendeu **6 mil pessoas**. Das quase 800 protegidas atualmente, metade é analfabeta ou tem apenas o ensino fundamental incompleto. A reportagem não teve acesso a dados atualizados de quatro estados (CE, RJ, RN e RS). De cada dez protegidos, seis são **homens e negros**. Somente 8% têm formação superior completa ou incompleta. Para ser incluída, a pessoa precisa colaborar com as investigações e se manter no anonimato. Cerca de 80% das testemunhas atendidas são decisivas para a elucidação dos crimes. Orçamento previsto para 2013: **R\$ 28,5 milhões**.



Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes

Criado em 2003, o programa já atendeu **7.402 pessoas** (2.770 crianças e adolescentes e 4.632 familiares). Atende atualmente 851 pessoas (302 crianças e adolescentes e 549 familiares). Alegando **questão de segurança**, o governo não informa quantas são atendidas em cada estado. De cada dez crianças e adolescentes ameaçados, seis são vítimas de intimidações feitas por **traficantes**. A maior parte dos adolescentes protegidos tem entre 15 e 17 anos (67%). Entre as crianças, o maior contingente protegido (23%) tem entre 10 e 14 anos. Outros 3% têm entre zero e 9 anos. Hoje, 71% dos protegidos são homens. Orçamento previsto para 2013: **R\$ 15 milhões**.

Juízes sob mira

Dos 200 magistrados ameaçados de morte, **165** atuam nas áreas **criminal e cível**, 23 na Justiça do Trabalho e 12 na Justiça eleitoral.

Jornalistas em perigo

Entre outubro de 2012 e outubro de 2013, foram **assassinados cinco jornalistas** em decorrência de sua atuação profissional. Segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, oito profissionais foram ameaçados de morte no período. Levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo mostra que **102** jornalistas foram agredidos na cobertura das manifestações de rua, entre junho e outubro deste ano - **77** por policiais militares e integrantes da Força Nacional de Segurança Pública.

Mortes no campo

Dos 295 ameaçados em 2012, 40% são das chamadas comunidades tradicionais: são **68 indígenas**, **39 quilombolas** e **12 ribeirinhos**. Apesar de o número de ameaçados ter caído em relação ao ano anterior, quando foram registrados 347 casos, o de **assassinatos** subiu de 29 para 36 no período. No Norte, estão concentrados 58% dos homicídios e 77% dos ameaçados, segundo a Comissão Pastoral da Terra.

Fonte: Congresso em Foco, com base em dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Eles e elas, uma ameaça constante

Homens e mulheres jurados de morte em razão das causas que defendem dizem como lidam com o medo e avisam que jamais desistirão da batalha, que intimida seus adversários



Nair Ávila "Condenada a prisão domiciliar"

Os dois disparos que mataram o ativista dos direitos humanos Manoel Mattos, em 2009, despertaram uma militante tardia. Mãe do advogado, a professora aposentada Nair Ávila, de 70 anos, teve pouco tempo para enxugar as lágrimas pela morte do filho, que denunciava execuções sumárias na fronteira entre Pernambuco e Paraíba. Do luto à luta, denunciou a ação dos grupos de extermínio que ameaçaram Manoel por quase uma década e conseguiu fazer o Superior Tribunal de Justiça transferir a apuração para a Justiça Federal. Alvo de ameaças desde quando o filho era vivo, Nair passou a ter o carro perseguido, a sentir seus passos vigiados e a ouvir o silêncio intimidador de telefonemas anônimos. "Não vou à esquina nem para comprar pão. Não posso sair de casa. Minha privacidade zerou. Perdi meu filho, e fui condenada a prisão domiciliar", desabafa. Há três anos no programa de proteção de defensores dos direitos humanos, tem escolta policial quando viaja. O julgamento de cinco acusados pela morte de Manoel foi marcado para dezembro, em João Pessoa. Manoel colaborava desde os anos 90 com o Ministério Público em investigações de execuções em Itambé (PE) e Pedra de Fogo (PB). Levou denúncias de violação aos direitos humanos até a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). A pedido da OEA, teve proteção policial por um ano por estar na alça de mira dos pistoleiros. Vereador em Itambé, conselheiro da OAB e vice-presidente estadual do PT, Manoel perdeu a segurança em 2008, sob a alegação da Polícia Federal de que sua agenda era muito atribulada e que ele resistia a seguir as recomendações. Em janeiro de 2009, dois homens encapuzados invadiram a casa de veraneio dele no litoral paraibano. Renderam os demais presentes e executaram o advogado de 40 anos com dois tiros à queima roupa, um na cabeça e outro no peito. "Eu dava conselho para que ele saísse da cidade onde morava, mas não podia ser contra a luta dele, que era por uma causa justa", diz Nair. O advogado deixou três filhos. "Meu filho viveu neste mundo plantando coisas boas e deixou uma semente, que está dando frutos. Estou regando o que ele cultivou", afirma. Para continuar a luta iniciada por Manoel, a aposentada se apegua às últimas palavras do derradeiro discurso político feito por ele. "As lágrimas e o sofrimento de hoje servirão de combustível para futuras vitórias". repete a mãe, como um mantra.



Rosemary Almeida "A próxima a morrer"

Quando o advogado Manoel Mattos foi assassinado, em janeiro de 2009, um pensamento aterrador tomou conta da promotora de Justiça Rosemary de Almeida: "Sou a próxima a morrer". Parceira de investigações do advogado, Rosemary denunciava desde 1994 a ação de grupos de extermínio na região de Itambé (PE). Adolescentes, dependentes químicos e ex-presidiários eram assassinados sumariamente. "Era incrível. Ninguém fazia nada. O Estado estava completamente omissivo. Comecei a fazer um banco de dados e a denunciar", conta. "Só conseguimos pegar peixes pequenos, os pistoleiros. Quem financiava e articulava isso, não", lamenta. Rosemary levou o caso à OEA em 2003, e à ONU em 2005. Após as denúncias, as ameaças contra ela se intensificaram. "Minha filha teve de morar, com poucos anos de vida, longe de mim. Só a via na escola. Temia pela segurança dela e do meu marido", lembra. A OEA determinou proteção policial para a promotora, o que só aconteceu de fato em 2009, após a morte de Manoel Mattos. "Era uma morte anunciada", avalia Rosemary. "Tomo meus cuidados. Fiz curso de tiro e uso colete protetor, que me causa incômodo devido a uma hérnia de disco que ganhei com esses problemas todos. Mas, se tiver de morrer por uma boa causa, não tem jeito", afirma. Aos 54 anos, a promotora considera que pouca coisa mudou na região desde a morte do amigo. "O Estado joga o problema para debaixo do tapete. Vai fazendo de conta. Nunca fez de conta. Sou promotora por aptidão", diz. Mas desistir, avisa, não irá. "Estamos construindo esse caminho na direção da justiça. Alguns tombam, outros sofrem até conseguirmos uma sociedade mais justa", afirma a promotora, atualmente lotada na vara de crimes contra criança e adolescente em Recife. Chamada de "Doutora Lei" por José da Silva Martins, o Zé Parafina, acusado de ser autor dos disparos que mataram Manoel Mattos, ela vive sob o temor de que um dia o criminoso deixe a prisão. "O Parafina já havia sido condenado a 25 anos de prisão por homicídio, mas estava solto. Ele diz que vai me matar quando sair da cadeia. A gente não tem a maldade que eles têm no coração."



Maria Joel da Costa “Único caminho é a Justiça”



Rondon do Pará, 21 de novembro de 2000. Um jovem bate à porta do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, em busca de informação sobre um benefício previdenciário. A esposa do sindicalista, Maria Joel da Costa, a Joelma, serve água para o rapaz e pede que ele aguarde a chegada do marido, que está na casa do vizinho. O homem diz que vai comprar cigarros. Minutos depois, ela avista os dois conversando no portão de casa. Estremece ao ouvir, em seguida, disparos de arma de fogo. Joelma corre até o portão. Vê o marido ensanguentado no chão atracado com aquele que era, na verdade, um pistoleiro. Dezinho não resiste. Os vizinhos pulam em cima do assassino e tentam linchá-lo. Aos gritos, ela impede a vingança sangrenta. “Precisava saber quem mandou matar meu marido.” Viúva, mãe de quatro filhos, Joelma herdou ali a luta em favor dos sem-terra e assentados iniciada pelo marido no município localizado a mais de 500 km de Belém. Herdou também as ameaças de morte, com as quais ele conviveu durante sete anos até se concretizarem. Em 2002, assumiu a presidência do sindicato que Dezinho comandou. Incluída no programa de proteção aos defensores de direitos humanos, a sindicalista tem escolta policial 24 horas por dia e circula numa caminhonete que passa mais tempo na oficina do que na ativa. Dezinho também chegou a ter proteção policial, mas por pouco tempo. O assassino dele, Wellington de Jesus Silva, foi preso, julgado e condenado a 29 anos de prisão em 2006, mas, no ano seguinte, ganhou o direito de cumprir parte da pena em regime semiaberto – trabalhar durante o dia e dormir na cadeia à noite. No dia em que deixou pela primeira vez a prisão pela porta da frente, desapareceu. Dois acusados de serem os mandantes foram inocentados por falta de provas em outubro passado. A acusação promete recorrer. “Meu único caminho é a Justiça”, diz a hoje coordenadora da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) em Marabá. Em 2004, outro diretor do Sindicato de Rondon foi assassinado. Dois anos atrás, Joelma foi surpreendida por um pistoleiro na sede da entidade. Ele contou que receberia R\$ 2 mil para matá-la. Mas que poderia desistir do crime se ela lhe desse R\$ 300 para fugir. “Se não me matasse, ele seria morto.” Dona de uma voz mansa, a sindicalista pediu a ele que retornasse no dia seguinte para pegar o dinheiro. Avisou a polícia. O homem foi preso em flagrante. Solto após quatro meses, foi encontrado com o corpo crivado de balas menos de um ano depois. Evangélica, aos 50 anos, Joelma diz acreditar somente na justiça e na proteção divinas. Apesar da fé, ainda sofre com as ameaças. “A gente se comove quando alguém liga e, do outro lado da linha, diz que vou ficar com o corpo como se fosse uma peneira, cheio de buraco de bala.”

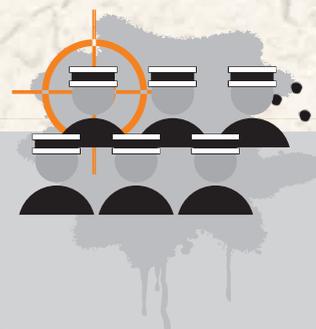
Padre Xavier “Fico desesperado”



Nos 13 anos em que viveu no Espírito Santo, o italiano Saverio Paolillo, o padre Xavier, especializou-se em denunciar violações dos direitos humanos nos presídios e nas unidades de internação de menores infratores. Em 2010, esteve na linha de frente da equipe que denunciou o governo estadual à Organização das Nações Unidas (ONU) pelas chamadas “masmorras capixabas”. Entre outras coisas, o relatório reunia fotos de corpos esquartejados e amontoados em sacos e baldes de lixo. Eram presidiários executados dentro das penitenciárias. “Tiravam a carne dos corpos e jogavam os ossos no lixo. Tiramos foto de 18 esquartejados, mas não descobrimos quantos passaram por isso”, conta o religioso. O documento denunciava, entre outras coisas, que havia 253 presos em celas projetadas para 36 pessoas, alguns algemados pelos pés em salas e corredores. Outros eram guardados em contêineres, sem banheiro ou janela. As denúncias feitas pelo padre e por entidades ligadas aos direitos humanos obrigaram o governo estadual a reestruturar todo o sistema prisional. As ameaças contra Xavier, no entanto, vinham desde 2003, quando mediou uma rebelião de adolescentes infratores durante a visita de uma relatora da ONU ao Brasil. “No dia seguinte, passei a receber ligações no celular dizendo que encheriam minha cara de balas, que meu Fiat Uno ficaria vermelho de sangue”, lembra. Viveu um ano sob escolta policial. Ainda em 2003, uma passagem digna de filme de terror. “Estive com um adolescente que seria solto ao completar 18 anos. Ele me falava com entusiasmo da nova vida que queria ter. No outro dia, soube que ele havia sido morto com crueldade”, conta. O pior estava por vir: “Na semana seguinte, a mãe dele me ligou, dizendo que os olhos dele haviam sido guardados pelos agentes numa geladeira. Era verdade. Os olhos do Ricardo ficaram, para mim, como um símbolo de que devemos denunciar as injustiças para o mundo”. Padre Xavier entrou para o programa de proteção de defensores de direitos humanos em 2007 e só saiu em agosto do ano passado, quando deixou Vitória. “Fui para a Itália fazer uns cursos para não adoecer. Aqui só respirava violações e denúncias. É um campo de batalha. Você não é mais você, é um militante dos direitos humanos. As pessoas cobram da gente respostas o tempo todo”, desabafa. “No Brasil, ou você é cooptado pelo poder público, pelo dinheiro ou pelas entidades, ou passa a ser mal visto, isolado, apontado como do contra”, afirma. O padre mudou-se recentemente para Salvador, mas deve seguir no próximo ano para o Maranhão. “Não vou parar. Mas há momentos em que fico desesperado”, confessa o militante de 51 anos.

Gleydson Gleber "Não vou baixar a guarda"

Aos 35 anos de idade, o juiz Gleydson Gleber de Lima, da 3ª Vara Criminal de Caruaru (PE), vive cercado por policiais 24 horas por dia desde 2007. Naquele ano, o magistrado determinou a prisão de 31 integrantes de uma quadrilha que respondia pela maior parte dos homicídios e do tráfico de drogas no município, de 340 mil habitantes, a 130 km de Recife. "A primeira ameaça ocorreu às 9h do dia 12 de abril de 2007, assim que começaram as prisões", lembra. Por ser o principal juiz da Operação Homicídio S.A., Gleydson virou o grande alvo da quadrilha, formada por traficantes, policiais, comerciantes e matadores de aluguel. Os telefonemas ameaçadores viraram rotina na vida do jovem magistrado durante um ano. Mas o pesadelo não acabou. Ele foi incluído no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. "Perdi completamente a minha privacidade. Mas só vou deixar de ter a escolta quando mudar de cidade. O grande problema das pessoas ameaçadas ocorre quando elas acreditam que a poeira já baixou. Enquanto estiver aqui, não baixo a guarda", diz. Enquanto vive sob vigilância de policiais há seis anos, a maior parte dos acusados que o juiz mandou prender já está em liberdade. "Uma pessoa que se propõe a ser juiz criminal está fadada a passar por uma situação dessa. Não é nada que não estivesse no script. Aconteceu. Mas o Estado não pode baixar a cabeça para a criminalidade", observa. O sacrifício, segundo ele, tem valido a pena. "Os homicídios na cidade diminuíram em um terço: de 180 para 110 por ano. Entre abril e junho do ano passado, não houve um único homicídio em Caruaru", comemora. Para Gleydson, o Brasil tem de revisar a legislação penal para combater de maneira mais eficaz o crime organizado, impedindo que a sensação de impunidade prevaleça. "Para criminosos desse tipo, a progressão de regime deveria ser mais difícil. Quem tira a vida de outra pessoa deve receber resposta mais dura do Estado", sugere. Na avaliação dele, o assassinato de juizes, promotores e funcionários públicos em razão de sua atuação funcional tem um caráter simbólico. "A morte de um agente político na defesa dos direitos humanos é uma morte do Estado. Se os agentes que são pagos para proteger a sociedade são vulneráveis, essa sociedade não vai ter qualquer proteção."



Igor Pereira Pinheiro "Sonho com cidade sem prefeitos corruptos"

Há três anos no Ministério Público, o promotor de Justiça Igor Pereira Pinheiro, de 30 anos, já está em sua quarta comarca no Ceará. Por onde passou, denunciou políticos, empresários e servidores públicos. A cada denúncia que entregava à Justiça, recebia novas ameaças de morte, dirigidas a ele e à esposa. Desde abril deste ano, o promotor de Quixeramobim (CE) está sob escolta policial 24 horas por dia, mantida pelo Ministério Público Estadual. "Virei prisioneiro por cumprir meus deveres legais. Vivemos num país da impunidade, dos desmandos, em que uma minoria política mal acostumada acha que tem direito de subtrair o patrimônio público em favor de seus interesses", critica. Em junho de 2011, Igor comandou, em Santana do Acaraú, uma operação que desbaratou empresas fantasmas em 13 cidades que desviaram R\$ 30 milhões dos cofres públicos em dois anos. Um ex-prefeito da cidade estava entre os presos. Por causa das ameaças que passou a receber, foi transferido temporariamente para o município de Paraipaba. Lá atuou na prisão de 17 pessoas ligadas à prefeitura acusadas de fraudar licitações. Em dezembro daquele ano, foi transferido para Trairi. Passou a circular sob proteção de seguranças do próprio MPE. Naquele município, participou de outras duas operações que resultaram na prisão da prefeita eleita, que acabou impedida de tomar posse. Promovido para Quixeramobim em dezembro de 2012, atuou no desmantelamento de outra quadrilha que fraudava licitações. O caso resultou no afastamento de 26 autoridades, entre elas, o prefeito da cidade, que só voltou ao cargo 100 dias depois. Nesse período, o promotor foi alvo de uma campanha movida por aliados do prefeito que pediam sua saída imediata do município. Igor ainda ajudou um colega em Quixadá em outra operação que tenta recuperar R\$ 15 milhões desviados da prefeitura. "Meu sonho é trabalhar em uma cidade em que os prefeitos não sejam corruptos." Ele já teve oportunidades de sair da profissão. "Passei em outros concursos, mas sempre quis ser do Ministério Público para servir de instrumento de transformação social e para demonstrar à população mais pobre que os poderosos também estão sujeitos à lei. Por uma questão ideológica, não abdicó nem recuo da minha posição", afirma. O promotor, no entanto, cobra resposta mais dura a quem ameaça agentes do Estado. "Se a bandidagem achar que não acontece nada se matar promotor, juiz, entre outros funcionários públicos, aí vira moda. A resposta tem de ser enérgica."



Catarino dos Santos “Olham pra nós como se fôssemos bichos”

É difícil saber se há atividade mais arriscada hoje no Maranhão do que ser líder quilombola. Das 49 lideranças agrárias ameaçadas de morte no estado, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 31 são remanescentes de quilombo. Catarino dos Santos Costa, 35 anos, está na lista dos jurados de morte por fazendeiros e grileiros da região de Palmeirândia, a 70 km de São Luís. “Dizem que vamos morrer. Mas que seja por uma causa justa. Ruim é morrer roubando”, diz. Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Quilombolas do Cruzeiro, que reúne 184 famílias, ele convive com intimidações e a divisão do próprio grupo, provocada pela disseminação da cultura do medo. “Somos 5.683 pessoas morando no quilombo, mas a maioria tem medo de lutar pela terra. Temos uma divisão interna porque tentam amedrontar a comunidade”, admite o líder. Desde 2009, Catarino registrou 12 ocorrências policiais. Tentou sem sucesso entrar para o programa de proteção a defensores de direitos humanos, do governo federal. Conta que nunca recebeu uma resposta oficial. “Nós estamos abandonados. Para as autoridades, não acontece nada no Maranhão. A gente denuncia, mas eles só telefonam para cá quando matam algum quilombola”, reclama. A comunidade do Cruzeiro divide uma área de 735 hectares com um fazendeiro, que também reivindica na Justiça a posse das terras, ocupadas pelos escravos há mais de 150 anos. Catarino diz que já sofreu ameaças de morte de policiais ligados aos grileiros. No ano passado, chegou a ser perseguido por dois homens em uma moto. Vez ou outra, um estranho aparece na comunidade procurando por ele. Isso já aconteceu com outros companheiros. E teve desfecho trágico. “Uns seis quilombolas maranhenses foram mortos este ano. A pessoa tem medo de se autodefinir como quilombola no Maranhão porque sofre racismo. Muita gente olha para nós como se fôssemos bichos”. A comunidade de Cruzeiro descende da união de um ex-feitor de escravos francês e uma escrava, que romperam preconceitos para estabelecer uma família. Uma história bonita que, quase dois séculos depois, ainda causa muito incômodo. “Estamos vendo a hora de anoitecer e não amanhecer. Mas enquanto tivermos companheiros do nosso lado, temos a esperança da vitória”, afirma Catarino.



Mauri König “Minha indignação é maior que meu medo”

Três homens, um deles com farda da Polícia Nacional do Paraguai, param um veículo conduzido por um jornalista brasileiro na zona rural de San Alberto, a 80 km da fronteira com Foz do Iguaçu (PR). É uma falsa blitz. O jornalista deixa o carro para ser agredido com de pau e chutes. Os três o agarram, forçam seu pescoço com uma corrente e o espancam até quase perder os sentidos. Deixam-no caído no chão com mais de 100 hematomas pelo corpo e desaparecem. Além das marcas, deixam o seguinte recado no capô do veículo, em espanhol: “Abaixo a imprensa do Brasil”. Não se trata de filme policial. O episódio ocorreu em 2000 com um dos jornalistas mais premiados do país nos últimos anos, o paranaense Mauri König, autor de uma série de reportagens que denunciava o recrutamento de crianças e adolescentes brasileiros pelo serviço militar obrigatório paraguaio. Os responsáveis pela agressão jamais foram identificados. Mais de uma década depois, Mauri continua a sofrer retaliações por causa de seu trabalho. No começo deste ano, teve de deixar o país por dois meses por causa de novas ameaças de morte, a maior parte feita por telefone. No final de 2012, ele coordenou uma série de reportagens pela Gazeta do Povo que mostravam irregularidades praticadas por policiais, como a utilização para fins particulares de viaturas e o repasse de verbas a delegacias inexistentes. De volta ao país, o jornalista tem de conviver com a solidão pela segunda vez. Em 2003, também por causa de ameaças, ele deixou a então esposa e dois filhos pequenos em Foz do Iguaçu, onde morava, para viver em Curitiba. O pesadelo se repete. “Minha segunda mulher ficou tão abalada que acabou se mudando para outro estado, levando junto o meu filho de três anos. É muito triste para um pai não acompanhar o crescimento dos filhos”, lamenta. Mauri também se afastou temporariamente da cobertura de assuntos relacionados a segurança pública, mudou de endereço e deixou de frequentar determinados lugares. “São baixas as probabilidades de alguém ser condenado por cometer um crime contra quem expôs na imprensa os seus atos de corrupção”, observa. Deixar o jornalismo, porém, nem pensar. “Minha indignação é maior do que o meu medo. É isso que me move na profissão. Não consigo ficar indiferente a uma injustiça quando sei que posso contribuir para corrigi-la por meio do meu trabalho”, considera. A luta de Mauri tem sido reconhecida. Neste ano, recebeu a mais antiga premiação do jornalismo mundial, o Prêmio Maria Moors Cabot, concedido pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, pelo conjunto de seus 23 anos de carreira.



Conheça outros
ameaçados e saiba mais
sobre o assunto em
bit.ly/ameacados



A mulher que desafiou o diabo

Criada em uma das regiões mais pobres de São Paulo, a advogada Valdênia Paulino enfrentou a miséria e a violência do tráfico e da polícia. Por causa das denúncias que fez, entrou para a lista dos jurados de morte em dois estados

Edson Sardinha

De tanto frequentar o inferno, a advogada Valdênia Paulino Lanfranchi aprendeu a enfrentar o diabo. Não foram poucas as vezes em que os dois estiveram frente a frente. Desde cedo, ela deu de cara com as suas múltiplas faces: a miséria, a violência, o preconceito e a opressão. Aos seis anos, recolhia e vendia garrafas de vidro e dejetos de cavalo espalhados entre as 30 favelas de Sapopemba, uma das regiões mais pobres da zona leste de São Paulo, onde foi criada. Diversas vezes, saltou poças de sangue derramado por vizinhos assassinados por policiais e pelo tráfico. Curvou-se, para recolher mortos e feridos. Mas jamais ofereceu a outra face.

Valdênia sempre reagiu. Rompeu a lei do silêncio imposta por criminosos. Denunciou a ação de traficantes de droga, grupos de extermínio e exploradores sexuais. Deu às autoridades nome e sobrenome dos bandidos fardados que impunham terror aos moradores da comunidade, algumas vezes sob a sinfonia de Vivaldi. Atirou o medo para o lado de lá. Virou pedagoga e advogada. Fez mestrado em Direito, mas nunca arredou o pé da região.

Por diversas vezes, a advogada sentiu na própria carne como arde o inferno da violência. Presenciou o abuso sexual de meninas. Sofreu duas tentativas de estupro. Testemunhou a poucos metros a execução da sentença imposta a menores de idade pelo tráfico na região: tiros de bala nos pés e nas mãos. Diante da escalada das ameaças, tornou-se uma exi-

lada dentro e fora do país. Teve de mudar de estado. No novo domicílio, logo declarou guerra a policiais envolvidos com grupos de extermínio. As intimidações voltaram. Em outubro, Valdênia deixou o Brasil para o seu quarto autoexílio – o terceiro fora do país. A quem pensa que ela desistiu, avisa: voltará em breve ainda mais fortalecida.

Morte por R\$ 500 mil

Primeira pessoa no país a ser atendida pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, do governo federal, ainda em 2003, Valdênia não saiu da linha de tiro nos últimos dez anos. Sua situação só se complicou. Jurada de morte em São Paulo, agora também tem seu nome escrito na lista de pessoas marcadas para morrer na Paraíba, onde comandou a Ouvidoria de Polícia da Secretaria de Segurança Pública nos últimos dois anos.

A advogada deixou o cargo e o Nordeste no final de setembro, após a descoberta de um plano para executá-la. Investigações preliminares apontam que policiais e ex-policiais estavam dispostos a pagar R\$ 500 mil por um pacote: a cabeça dela e a do deputado federal Luiz Couto (PT-PB), ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos e relator da CPI dos Grupos de Extermínio no Nordeste. Os dois são aliados nas denúncias de violação aos direitos humanos no estado.

Durante sua passagem pela Ouvidoria, Valdênia denunciou a ação de duas centenas de policiais pela prática de irregularidades administrativas e condutas criminosas, como

Líder comunitária na zona leste de São Paulo, ...

corrupção, tortura, tráfico de armas e envolvimento com grupos de extermínio. Voltou a andar com proteção policial e a ter uma vida cercada na capital paraibana, onde tinha se refugiado no final de 2008 para escapar das ameaças feitas em São Paulo. Criou o grupo das “Loucas mães da Paraíba”, que reúne senhoras que perderam os filhos em ações policiais consideradas abusivas.

“Já tive arma apontada na cabeça, carro jogado para fora da estrada em São Paulo. Já respondi a processo, que é uma forma de tentar nos criminalizar”, afirma. Para atingi-la, já miraram um revólver em seu sobrinho de oito anos e ameaçaram sequestrar um de seus irmãos.

Luto coletivo

Nada parece intimidar Valdênia. “No Brasil, matam-se mais de 40 mil pessoas por ano. A maioria dos jovens assassinados tem filhos. Ninguém liga para esse luto coletivo”, lamenta. “Se nos calarmos, será muito pior. O Brasil está nessa situação não só por conta dos violadores. É porque parte dos cidadãos considerados de bem estão no silêncio diante





FOTOS: JULIA COSTA

“Nosso perfume era o cheiro de sangue”

Militante é formada em ambiente de violência, injustiça social e agitação política

A morte e a fé sempre fizeram parte da vida de Valdênia. Nascida em Minas Gerais em 1967, chegou com a família aos quatro anos de idade a Sapopemba, hoje um distrito de 300 mil habitantes encravado na zona leste de São Paulo. Na época, a presença do Estado ali só se fazia pelas botas da polícia.

“O único jardim que os moradores de Sapopemba conheciam era o do cemitério da Vila Alpina”, conta. “Nosso perfume na adolescência era o cheiro de sangue dos nossos contemporâneos executados pelos grupos de extermínio e por policiais”, lembra. O pai, mecânico de máquinas no ABC, e a mãe, faxineira e costureira, eram semi-analfabetos. Tiveram cinco filhos. Não havia asfalto, água tratada, nem luz elétrica.

Na virada para os anos 1980, aquela região fervia sob os discursos engajados dos sindicalistas do município vizinho de Santo André e da prática solidária dos missionários estrangeiros que ali chegavam, influenciados pela Teologia da Libertação.

Sapopemba, porém, vivia em luto. Os garotos da comunidade eram mortos, ora por policiais, ora por traficantes. As meninas, que saíam para trabalhar em “casas de família”, eram empurradas para zonas de prostituição. É nesse ambiente de intensa agitação política e injustiça social que o interesse de Valdênia pela defesa dos direitos humanos aflora. E precocemente.

“Casa das Meninas”

Aos 18 anos, montou a “Casa das Meninas”, refúgio para crianças e adolescentes vítimas de exploração e abuso sexual. E foi morar lá. Pela residência de três cômodos, passaram 132 garotas. Cerca de 80% delas conseguiram largar a prostituição, contabiliza. E são hoje enfermeiras, donas-de-casa etc. A casa virou embrião do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) e do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), organizações não-governamentais criadas por um grupo ligado às comunidades eclesiais de base do qual Valdênia fazia parte. Pelas ruas do Brás e do Ipiranga, Valdênia sofreu duas tentativas de violência sexual.

...Valdênia foi ouvidora de Polícia na Paraíba, atividades que lhe renderam ameaças e quatro exílios

dessas violações”, adverte. Em três décadas de militância, a advogada passou por várias provas de fogo. Em 2007, quase se viu eliminada moralmente ao ser acusada de receber dinheiro da mais perigosa facção criminosa de São Paulo. Seu nome aparecia em um caderno de supostos beneficiários dos criminosos. As investigações rapidamente concluíram que ela havia sido vítima de uma montagem grosseira. O caso foi arquivado e um processo foi aberto para apurar o autor da falsificação, até hoje não identificado.

“Marcada para viver”

A tentativa de criminalização da militante mobilizou a comunidade e defensores de direitos humanos que acompanhavam sua luta. O deputado estadual Adriano Diogo (PT), que conhece a militante há mais de 30 anos, organizou um ato de desagravo em favor de Valdênia na Assembleia Legislativa de São Paulo. Para ele, há uma semelhança física e de espírito entre ela e a figura sofrida e combatida de Elizabeth Teixeira, viúva do líder camponês João Pedro Teixeira, assassi-

“O único jardim que os moradores de Sapopemba conheciam era o do cemitério da Vila Alpina”

nado por fazendeiros no interior da Paraíba na década de 60. A tragédia da família é contada no documentário “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho.

Adriano, no entanto, vê uma diferença fundamental entre a amiga e os protagonistas do filme de Coutinho. “Valdênia é uma cabra marcada para viver”, diz o deputado. “Só não sei de onde ela tira essa seiva que a faz levantar todo dia e pôr a própria vida em risco pelos outros. Invejo quem tem essa força.” Após ter desafiado o diabo tantas vezes, Valdênia tem uma resposta na ponta da língua: “Preciso mais das pessoas do que elas de mim. Preciso sentir o cheiro delas, tocá-las. As mães que perdem seus filhos me dão muita força”.

Seguiu em frente. Conciliava os estudos e o trabalho na comunidade, alfabetizando crianças e adultos. Ajudava meninos a catar papelão e sucata para revender. Um ano depois de concluir o curso de Pedagogia, resolveu fazer Direito para “saber como funcionavam os trâmites da Justiça”. Novamente, deparou-se com uma rotina infernal.

“Saía às 4h30 da manhã de casa para pegar ônibus e trem até chegar a Mogi das Cruzes, onde estudava. Não tinha dinheiro para tomar café. Para sobreviver, ficava perto de uma amiga que todo dia me oferecia o lanche por educação. Eu aceitava sempre. As mães da favela que trabalhavam em casa de família conseguiam roupas sociais para mim. Era bonita essa rede de solidariedade”, relembra Valdênia.

Serviço funerário

Nesse período, pouco dormiu. Na “Casa das Meninas”, as doenças se manifestavam à noite, e ela tinha de levar as garotas, algumas contaminadas com o vírus da aids, às pressas para o hospital. Uma missão que sensibilizou um grupo de padres maristas, que doou à casa um carro para fazer o transporte dos pacientes.

Mas o Santana Quantum azul virou “um problema”. O Instituto Médico Legal (IML) demorava de três a quatro dias para buscar os corpos em Sapopemba. “Quando tinha notícia de que alguém tinha sido baleado e morto, a gente pegava o corpo e botava no carro. Dizia no hospital que tinha morrido no caminho”, lembra. Um esforço que ela fazia madrugada afora para garantir um luto menos sofrido aos familiares dos mortos. “Quando morre, a gente chora. Mas daí a pouco começa a feder. E aquela pessoa que era querida por alguém começa a ser objeto de repulsa”, observa.

Cidadania

Se os jovens morriam, as sementes plantadas com a “Casa das Meninas” germinavam. Fundado em 1991, o Cedeca atende hoje mais de 700 crianças e adolescentes em cinco núcleos. Oferece desde encaminhamento jurídico e psicológico, acompanhamento de menores que cumprem medidas sócio-educativas até oficinas de expressões artísticas à comunidade.

Uma vez, para denunciar as más condições dos adolescentes recolhidos numa unidade da antiga Febem, Valdênia chocou autoridades presentes em uma audiência pública. “Ela disse: ‘sabe o que os meninos precisam? Trocar de roupa. Olha o estado da cueca que um deles está usando’. E desfilou com a cueca imunda emprestada por



Valdênia nunca deixou os becos e as favelas de Sapopemba. Sua militância em favor dos menores da

um deles. Ela conseguiu convencer o pessoal”, conta Sueli Santiago, coordenadora do Cedeca e amiga de Valdênia há mais de 20 anos.

Criado em 2003, o Centro de Direitos Humanos presta assessoria psicológica e jurídica a famílias da comunidade. “Não atuamos na defesa diretamente. Mas fazemos o encaminhamento. Só atuamos em caso de ampla repercussão, que fere a coletividade no caso”, explica Cheila Subenko Olalla, uma das diretoras do CDHS e seguidora da luta da advogada. “Ao contrário de nós, Valdênia não sabe recuar”, compara.

Autoridades na periferia

Por iniciativa de Valdênia, o centro passou a levar à comunidade juízes, promotores, secretários e outras autoridades para ouvir as reivindicações dos moradores. Quem ocupava a mesa, no entanto, eram os próprios moradores. Os convidados sentavam-se na plateia para anotar as queixas.

Luiz Antônio Marrey participou dessa experiência quando era procurador-geral de Justiça de São Paulo. “O Estado democrático de direito não está garantido nas periferias das grandes cidades. Organizações comunitárias são relevantes para chamar a atenção das autoridades e exigir o respeito aos direitos das pessoas”, entende o ex-procurador-geral e ex-secretário de Justiça. “A civilização vai se construindo com luta”, ressalta.

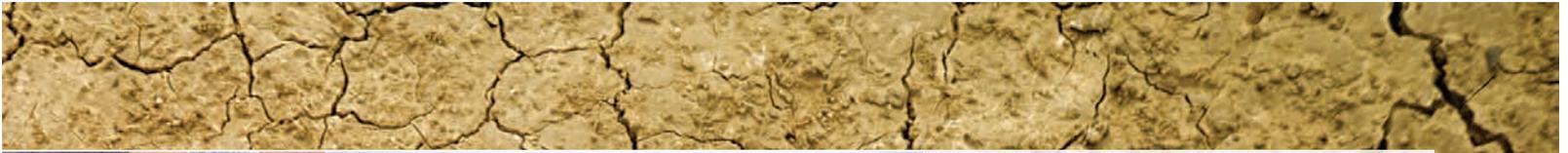
Entre 2006 e 2008, o CDHS publicou cartilhas sobre abordagem policial, direitos da mulher e previdenciários para estimular a comunidade a assumir suas responsabilidades e buscar os seus direitos violados. “Esse trabalho me rendeu muitas ameaças de morte”, afirma. A publicação incomodou tanto policiais quanto traficantes.

Vivaldi

As ameaças não eram novidade na vida dela. No início da década, Valdênia já havia denunciado um grupo de policiais que invadiam casas de moradores de Sapopemba para abusar de mulheres, torturar e assassinar jovens. Os gritos de violência eram sufocados pela clássica “As quatro estações”, de Vivaldi. Vários policiais foram afastados de suas funções. Jurada de morte, ela foi para os EUA. Anos depois, teve de se esconder na Espanha.

O promotor de Justiça Eduardo Dias, que conheceu Valdênia em uma unidade da antiga Febem de Santo André, diz que a atividade da colega é de alto risco. “Fazer o que ela faz sem a proteção de uma instituição, sem estar no Ministério Público ou na estrutura da Igreja, é muito arriscado”, afirma o promotor.

Os dois atuaram juntos para conter rebeliões em diversas unidades da hoje chamada Fundação Casa, quase sempre acompanhados pelo padre Júlio Lancellotti, apontado por Valdênia como seu “grande mestre”. Ela e o padre se conheceram nos anos 80.



Ele largou a batina por ela

Desiludido com a Igreja, sacerdote italiano supera conflito interno e se entrega ao amor

Na luta pela transformação de sua comunidade, Valdênia mudou também o destino de um padre. O italiano Renato Lanfranchi (com ela, na foto ao lado) se desiluiu com a Igreja, apaixonou-se e deixou o sacerdócio que exerceu por 25 anos para se casar com a advogada. Os dois trabalharam juntos no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e no Centro de Direitos Humanos de Sapopemba. “Fiz duas coisas certas na vida: a primeira foi ser padre, a segunda foi deixar de ser padre”, filosofa.

Uma decisão “sofrida, mas madura”, nas palavras dele. “Foi uma coisa gradual, de aproximação, de carinho um por outro. No começo, não havia nada entre nós. Eu olhava com terror a possibilidade de deixar minha vocação”, relata.

Renato ordenou-se padre nos Estados Unidos em 1983. Entusiasta da Teologia da Libertação, desembarcou no Brasil em 1991 como missionário de uma comunidade italiana que segue os ensinamentos de São Daniel Comboni, os combonianos. Atuou por oito anos entre o Ceará e o Maranhão antes de se mudar para Sapopemba em 1999.

Ao perceber o afastamento da Igreja em relação aos mais pobres, viu ruir a fé que tinha na instituição religiosa. “Isso favoreceu minha relação afetiva com Valdênia. Ela disse que queria fazer missão comigo. Foi um processo difícil e doloroso. Mas nós já nos amávamos. Fomos discretos e respeitosos”, ressalta. Após o casamento, em 2008, Valdênia foi para a Europa, onde se refugiou por seis meses com o apoio da Anistia Internacional em função do agravamento das ameaças que sofria.

Ela voltou. Mas o casal decidiu se mudar para a Paraíba na tentativa de fugir das intimidações. Renato foi coordenar o Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero, em Santa Rita, um dos municípios mais violentos do estado. “Abandonei o aspecto eclesial, ministerial, mas não a minha vocação mais íntima, que é de dedicar um olhar especial a quem mais precisa, seja onde for”, afirma. “Nossa aliança de casamento é um anel preto de tucum, um coco da Amazônia, muito resistente. É o símbolo do compromisso social”, acrescenta o ex-padre de 57 anos, que seguiu para o exterior com sua companheira.

comunidade lhe rendeu prêmios e o amor de um padre, que largou o sacerdócio para viver com ela

Drama de consciência

Coordenador da Pastoral do Povo de Rua, o religioso conta que deve a vida à amiga. Certa vez, um traficante procurou a advogada para contar que vivia um “drama de consciência”: tinha sido contratado para atropelar e matar um padre – o próprio Júlio Lancellotti.

“Ela o levou até minha casa. Conversei com essa pessoa, que me contou os motivos da encomenda. Demonstrei a ele que a acusação que faziam contra mim não fazia sentido. Subi no carro dele como prova de que poderia acreditar na minha palavra”, relembra o sacerdote. O traficante desistiu de atropelá-lo. “Mas nunca mais atravessei a rua do mesmo jeito”, diz aos risos o padre.

“Poder paralelo”

Foi em busca de um novo caminho e sob o calor de ameaças que Valdênia e o marido, Renato Lanfranchi, partiram para a Paraíba há cinco anos. A esperança era de encontrar tranquilidade à beira da praia. Ledo engano. “A cultura do medo é muito mais acirrada na Paraíba do que em São Paulo”, compara a advogada.

Indicada pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, Valdênia passou dois anos à frente da Ouvidoria de Polícia. Recebeu mais de 500 denúncias. Identificou e denunciou mais de 200 policiais, muitos por envolvimento com grupos de extermínio e tortura. “O *modus operandi* é segurança privada clandestina ou com uso de policiais em horário de trabalho e o controle do território comum ao crime organizado”, acusa. “A PM no Brasil é um poder paralelo. É impossível falar de melhoria na segurança sem romper com o sistema de militarização”, dispara.

Solidão

Em dezembro de 2012, Valdênia quebrou o protocolo ao receber das mãos de Dilma Rousseff o Prêmio Direitos Humanos, concedido pela Presidência da República, para fazer um pedido à presidenta: “Assim que possível, retome a pauta pela desmilitarização da polícia no Brasil”.

No último ano, a sede da Ouvidoria da Polícia na Paraíba foi invadida três vezes sem ser arrombada. O invasor deixou a sala completamente revirada e bloqueou o acesso aos computadores do órgão. Em fevereiro, a advogada teve acesso a um suposto plano de policiais e ex-policiais para executá-la, relatado em uma detalhada carta anônima. Valdênia voltou a andar sob escolta policial. “O mais difícil nessas horas é a sensação de solidão. Espero nunca me acostumar a ela”, desabafo.

“A PM é um poder paralelo. É impossível falar de melhoria na segurança com a militarização”